

O trabalho em rede na definição de uma política de literacia mediática

Manuel Pinto

Parafrazeando o que dizia, há cem anos, Ortega y Gasset, nós somos o que somos mais as nossas circunstâncias¹. Fazemos as circunstâncias e somos feitos por elas. Daí que a consideração da abordagem que neste texto é feita das políticas de literacia mediática careça de um olhar atento ao contexto sociocultural e político do seu desenvolvimento. Refiro-me aqui em especial a políticas públicas e tomo o caso português como objeto de análise.

Diria que uma política, além de inserida num dado contexto sócio-histórico, é sempre orientada por determinados valores e crenças e é condicionada pelo grau de consciência, mais ou menos partilhada e difundida, da sua relevância ou necessidade. É também resultado dos recursos simbólicos e económicos, dos processos e métodos da sua formulação e implementação, bem como do grau de adesão e de envolvimento dos atores sociais.

Há políticas públicas que se caracterizam predominantemente por uma lógica *top-down* e outras que são incitadas ou até geradas por movimentos de opinião a partir da sociedade civil, havendo, naturalmente, entre estes dois polos, um leque relativo de possibilidades.

Esclareço que defendo um conceito de literacia relativa aos media aberto e multidimensional (Perez-Tornero & Varis, 2012): como capacidade que se adquire ao longo da vida, em particular na escolaridade, que se caracteriza pela aquisição e accionamento de recursos orientados para uma atitude e pensamento críticos face aos media e para as práticas comunicativas e a participação no ambiente mediático, que tirem partido da pluralidade de tecnologias e linguagens. Uma vez que cada pessoa não existe isolada, mas em relação com os seus semelhantes, a formação assenta na relação social que é o esteio da própria comunicação. Nesta linha, e seguindo orientações de pioneiros deste campo (Halloran & Jones, 1985; Kaplún, 1998), podemos entender a educação

para um uso criterioso e competente dos media como uma educação para a comunicação.

Neste artigo, procuro refletir sobre a definição de uma política de educação para os media mediante o trabalho em rede, envolvendo diversas instituições públicas. Para tal, partirei de uma contextualização da situação da Educação para os Media em Portugal, com especial incidência no pós-revolução do 25 de Abril de 1974, mas sem esquecer os antecedentes no quadro político da ditadura salazarista. Descreverei, a seguir, a experiência do assim designado Grupo Informal sobre Literacia para os Media (GILM), em campo desde 2009, e terminarei com algumas reflexões sobre os resultados, as potencialidades e debilidades do trabalho realizado, bem como da relevância desse balanço no âmbito europeu e internacional.

Um contexto de descoberta e de aprendizagem da cidadania

A história portuguesa do século XX é marcada por quase meio século de tirania política, de vigilância e censura sobre a diferença e a diversidade, a imposição de uma ideologia e de uma mundividência monolíticas e a repressão sobre quem se atrevesse a contestar o *status quo* da ditadura de Oliveira Salazar. O esgotamento e revolta provocados pela guerra colonial em África, o atraso crónico em áreas fundamentais da vida social, como a escolarização, saúde, emprego e segurança social, a par da sede de liberdade de alguns segmentos da sociedade foram factores que contribuíram para o desenvolvimento de contradições que desembocaram no golpe militar de 25 de Abril de 1974 suportado num Movimento cujo programa se sintetizava em três Ds: Democratizar, Descolonizar e Desenvolver.

É neste quadro que devem ser compreendidas algumas dinâmicas relevantes que se podiam filiar naquilo que viria a designar-se mais tarde por educação para os media, ligadas, sobretudo, ao jornalismo escolar e à iniciação à linguagem do cinema. No primeiro caso, o papel pioneiro coube a movimentos de inovação pedagógica, inspirados sobretudo em Célestin Freinet (Freinet, 1993). No caso do cinema, um papel-chave coube ao movimento cineclubista e a outras iniciativas focadas nas escolas², no quadro dos quais se foi abrindo espaço a cinematografias marcadas por estéticas claramente demarcadas da (e opostas à) cultura autoritária e paternalista do salazarismo.

No pós-25 de Abril, em clima de experimentação da liberdade de movimentos e de criação, multiplicaram-se as iniciativas e as propostas. Umhas deram continuidade a experiências anteriores, agora com outro horizonte. Outras procuraram trazer a actualidade jornalística para dentro da sala de aula, no sentido de ajudar os mais novos a compreender o mundo, para nele intervir. Outras ainda apoiaram-se nas tecnologias que foram paulatinamente surgindo, para desenhar

novos caminhos na educação. Os próprios media e o jornalismo chegaram a ser objeto de disciplinas no ensino formal, suscitando um interesse e curiosidade notórios. Desse leque de caminhos procurei, há anos, fazer uma resenha crítica que carece, entretanto, de actualização, na era da Internet (Pinto, 2003). Em boa parte dos casos, porém, não estavam ainda claramente enunciados os pressupostos de reflexividade, criticidade e intervenção que viriam a caracterizar a ideia de literacia mediática. O isolamento que, pelo menos até aos anos 80, continuava a existir face ao estrangeiro, fruto da inércia de décadas de ostentado isolacionismo, só tarde começou a diluir-se.

No percurso realizado já em democracia, por mais de uma vez se verificaram tentativas de inscrever a Educação para os Media na educação formal. O primeiro consistiu nas recomendações formuladas em 1988 no documento final da Comissão de Reforma do Sistema Educativo (CRSE, 1988), após um processo de auscultação e debate com os agentes educativos, verificado desde 1986. O segundo verificou-se em 1994, quando o então secretário de Estado dos Ensinos Básico e Secundário solicitou a uma equipa da Universidade do Minho um documento sobre orientações curriculares para os níveis de ensino que tutelava³. Nos dois casos, as vicissitudes políticas decorrentes de mudanças de Governo inviabilizaram a concretização das propostas.

Numa análise da educação para os media no pós-25 de Abril, concluía-se existirem “experiências fragmentárias, inconsequentes, incapazes de se articular numa plataforma de acção política e educativa. Mas nem por isso pouco importantes, em particular para aqueles que nelas estiveram ou se encontram directamente envolvidos” (Pinto, 2003, p. 121).

Analisada em perspectiva e a maior distância, esta leitura talvez possa ser considerada hoje precipitada. É verdade que um trabalho notável desenvolvido a partir da segunda metade dos anos 90 no quadro do Instituto de Inovação Educacional (IIE) do Ministério da Educação foi interrompido por uma mudança de Governo em 2002, pondo fim a estudos, recursos e uma colecção de livros sobre Educação para os Media. Mas não é menos certo que esse Instituto lançou e apoiou dinâmicas em muitas escolas. Por outro lado, desde os anos 80, foram emergindo instituições de ensino superior ligadas à formação de professores e à investigação científica, que apostaram na Educação para os Media, como as universidades do Minho e do Algarve ou o Politécnico de Setúbal. E foi também neste período que o Público, um jornal de qualidade lançado no início da década de 90, surgiu no panorama dos media afirmando a vontade de incluir no seu projeto editorial a dimensão da Educação para os Media, com um programa que já teve dias melhores, mas que continua em vigor.

Apesar disso, nos finais da primeira década do século XXI, num dossiê dedicado pela revista *Noesis* ao tema “Educação Mediática: do Analógico o Digital”, Maria Emília Brederode Santos e Teresa Fonseca, que tinham vindo do IIE e

coordenaram este dossiê, põem ênfase nos “sucessivos avanços e recuos” a que a Educação Mediática havia estado sujeita, “vinte e cinco anos depois da Declaração de Grünwald” (Brederode-Santos & Fonseca, 2009). “Avanços e recuos”, certamente; mas mais do que isso: a Educação para os Media enquanto dimensão relevante da cidadania e da formação dos cidadãos continuava ausente das agendas públicas e distante das preocupações e programas políticos.

A verdade é que se haviam registado, entretanto, mudanças de vulto, sobretudo decorrentes da difusão da Internet, da web 2.0 e das redes sociais, com o crescimento exponencial dos contactos, da circulação de experiências e de informação, com a multiplicação de iniciativas de produção e difusão de conteúdos por atores do terreno, e já não apenas pelas instituições ‘consagradas’. Ao mesmo tempo, sobretudo desde finais dos anos 90, e num quadro já de integração plena do país na União Europeia, foram-se multiplicando os contactos com académicos e *decision makers*, com experiências e instituições do âmbito dos media e da literacia mediática, o que acabaria por possibilitar o surgimento de colaborações internacionais e o estabelecimento de redes nos planos da investigação, do ensino pós-graduado e da publicação de estudos.

GILM: em busca de caminhos para a inscrição da Literacia Mediática na agenda pública

O quadro atrás apresentado permite compreender as circunstâncias internas, articuladas com a evolução das políticas europeias, que vão estar na génese de uma iniciativa surgida em 2009, que teve em vista modificar este estado de coisas. Dessa fase existe uma carta do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho, de 4 de Junho de 2009, dirigida ao Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS) e à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). Nela se alude à relevância cívica e cultural da literacia mediática e digital, às responsabilidades nesta matéria assumidas pelos Estados membros da União Europeia e ao leque de entidades interessadas neste assunto em Portugal, para se sugerir uma reunião alargada a mais instituições para fazer um ponto da situação existente neste âmbito e “delinear um plano de acção que, salvaguardando a especificidade de cada parceiro, permita um maior inter-conhecimento, a criação de sinergias, a produção e troca de informação e a obtenção de melhores condições para o trabalho de todos”⁴.

Os destinatários da missiva acolheram positivamente a sugestão e foi o GMCS a promover uma primeira reunião que teve lugar no Palácio Foz, em Lisboa, em 30 de Julho de 2009. Nela participaram, além das três entidades já mencionadas, o Conselho Nacional de Educação e a Comissão Nacional da UNESCO, através dos seus máximos responsáveis. Logo aí foi decidido dar continuidade aos encontros e dar ao grupo uma natureza informal, por se considerar ser a

mais adequada para prosseguir na concretização dos objectivos pretendidos. Com o passar do tempo, a sigla GILM passou a ser utilizada internamente, com o significado de Grupo Informal de Literacia para os Media. Também desde o início se começou a dar contornos à ideia de um congresso que fosse ponto de encontro e espaço de interconhecimento de todos os atores envolvidos na Educação para os Media, no país. Esse congresso viria a ficar desenhado até ao princípio de 2010, com uma metodologia que passasse por auscultar esses mesmos atores já na fase preparatória.

Um aspecto que pode ser associado ao surgimento do GILM prende-se com Directiva 2007/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Dezembro de 2007, relativa ao exercício de actividades de radiodifusão televisiva e outra produção normativa da EU e de outras organizações internacionais⁵. Aí se estabelece que, a partir de Dezembro de 2011 e, daí em diante, de três em três anos, a Comissão deve apresentar ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu um relatório sobre a aplicação da directiva em todos os Estados-Membros, nomeadamente sobre os “níveis de educação para os media” (Artigo 26º). A iniciativa de reunir entidades envolvidas na educação para os media, nomeadamente aquelas a quem caberia quer a verificação do cumprimento da directiva quer a elaboração do relatório nela previsto seria uma forma de (e uma oportunidade para) dar um passo em frente face àquilo que já se fazia em Portugal.

Na dinâmica do GILM, entretanto paulatinamente alargada a novas instituições⁶, desde o início que houve duas vertentes complementares: as iniciativas de cada instituição parceira, na esfera da sua missão específica, e as iniciativas do próprio GILM. De entre as actividades promovidas pelo Grupo Informal, destacam-se as seguintes (Tabela 1).

Especialmente a partir dos congressos e da iniciativa anual aberta “Sete Dias com os Media”⁷, o GILM tem vindo a concretizar aquele que é um dos seus objectivos: interligar pessoas, instituições e projectos e, finalmente, estabelecer redes e parcerias, que não ofusquem e antes potenciem a acção de cada entidade.

Não existe qualquer directriz de natureza política, que defina metas gerais, modalidades ou ritmos de acção gerais e comuns a não ser aquilo que o próprio GILM decide consensualmente. O Grupo é autónomo e cada um dos seus parceiros também é. Mas é verdade que as entidades que têm algum papel, direto ou indireto, na *policy making* são parceiras do GILM. É o caso do GMCS, departamento governamental ligado aos media; do Ministério da Educação e Ciência; do Conselho Nacional de Educação (um órgão que emana da Assembleia da República); e da ERC, a Entidade que regula os media.

Neste quadro, para além das acções próprias, o Grupo Informal funciona, como um espaço de informação e debate, de interconhecimento e aprendizagem recíproca e de criação de sinergias. E no acontecer informal do caminhar vai-se

Tabela 1. Atividade do Grupo Informal e dos parceiros que o integram

| GILM | PARCEIROS |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1º Congresso “Literacia , Media e Cidadania” (Braga, 2011) | Estudo “Educação para os Media em Portugal – Experiências, Actores e Contextos” (ERC/CECS, 2011) |
| Declaração-Manifesto de Braga sobre Educação para os Media | Portal da Literacia Mediática (GMCS) www.literaciamediatica.pt |
| Operação nacional “Sete Dias com os Media” (anual, aberta a toda a sociedade; começou em 2012 como “Um dia”) | Recomendação do Conselho Nacional de Educação sobre Literacia Mediática (nº 6, 2011) dirigida ao Governo e ao Parlamento |
| 2º Congresso “Literacia , Media e Cidadania” (Lisboa, 2013) | MIL*obs – Observatório sobre Media, Informação e Literacia (GMCS/CECS) |
| Atas dos 1º e 2º congressos “Literacia, Media e Cidadania” | Programa próprio de cada parceiro no âmbito da operação “Sete Dias com os Media” |
| | Estudo sobre avaliação dos níveis de literacia para os Media dos estudantes do 12º ano (GMCS/RBE/CECS) (em curso) |
| | Elaboração, com consulta pública, do Referencial do Currículo de Educação para os Media ara a Educação Pré-Escolar e os Ensinos Básico e Secundário (DGE-MEC/CECS) (em fase final) |
| | Portal Ensina (recursos audiovisuais para apoio das escolas e das famílias, disponibilizados pela RTP, desde Janeiro de 2014) |
| | “25+UM. Agenda de Atividades de Educação para os Media”, CECS/GMCS, 2011). |

definindo aquilo que parece fundamental numa política: sintonia em grandes objectivos, memória de um percurso, reconhecimento da diversidade de caminhos, colaboração interinstitucional, prestação de um serviço público.

Um trabalho de avaliação do impacto deste Grupo está ainda por fazer e não é este o objectivo deste texto. Em todo o caso, a par da satisfação que existe entre os diferentes parceiros quanto à valia do percurso realizado, há igualmente a consciência do muito que há ainda a fazer para tornar a literacia para os media uma preocupação partilhada. Talvez seja possível, no futuro, envolver mais actores sociais (ligados a meios de comunicação, à saúde, seniores, famílias, artes...). A aposta na formação de formadores, repercutindo para círculos cada vez mais alargados e a criação e disponibilização de recursos de apoio às iniciativas, programas e auto-formação constituem aspectos cruciais a promover.

Enfim, o Grupo poderá ter de pensar no papel a assumir quanto à criação de uma rede permanente de instituições da sociedade com as quais tem vindo a interagir. De uma tal rede, associação ou conselho poderiam emanar necessidades e preocupações comuns, prioridades de intervenção e novas formas de cooperação, contanto que fosse uma estrutura leve e independente.

Nota conclusiva

Portugal desenvolveu iniciativas de Educação para os Media de grande diversidade e riqueza, ainda que de alcance e impacto limitados (cf. Pinto et al., 2011) e num quadro historicamente recente de aprendizagem da vida democrática. Vimos como, apesar de algumas tentativas pontuais, a aposta na formação dos cidadãos relativamente à comunicação e aos media não logrou tornar-se uma meta e um desiderato das políticas públicas. Do mesmo modo, nunca chegou a constituir-se em ‘movimento’ sociocultural, capaz de se tornar uma força de pressão ou de *lobby*, apesar da tentativa da Associação Educação e Media que existiu na segunda metade dos anos 90. A consciência de que se tornava necessário dar um passo no sentido de contrariar a atomização das experiências e os “avanços e recuos” da própria ideia de educação para os media levou à decisão de criar um espaço de encontro de um conjunto de entidades públicas, que viria a ser o Grupo Informal sobre Literacia para os Media.

Não tendo um mandato oficial, o Grupo foi-se consolidando através daquilo que cada parceiro realizou e daquilo que todos os parceiros realizaram em conjunto, apesar das incidências de mudanças políticas ou de rotação dos dirigentes das instituições participantes. De per si, isto não configura, certamente, uma política. Mas é uma plataforma de encontro, de cooperação, de iniciativa e mobilização, dimensões sem as quais as políticas não sobrevivem. Em que a informalidade pode ser vista como uma debilidade, mas, ao mesmo tempo, como aquilo que confere versatilidade e eficácia ao GILM. O caso mostra como, apesar da natureza e do âmbito de acção diversos de cada uma das instituições envolvidas, é possível fazer um caminho em comum, norteado por um serviço à comunidade. Nesse sentido, o modo como tem trabalhado é já, ele próprio, uma experiência enriquecedora.

Notas

1. “Yo soy yo y mi circunstancia” – Ortega y Gasset, J. (1914)
2. Um exemplo: José Vieira Marques, nome principal do Festival de Cinema da Figueira da Foz, que realizou, anos a fio, cursos livres de grande fôlego de iniciação à linguagem cinematográfica em diferentes escolas do país (Pinto, 2003: 123).
3. O relatório, elaborado por um grupo que o autor deste texto coordenou, intitulou-se “*Escola e comunicação social: desafios e propostas de acção*”.
4. Pinto, M. (2009) comunicação pessoal do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.

5. Para uma apresentação desta produção normativa, ver Lopes (2011) e Pereira (2013).
6. No início de 2014, integram o GILM o Conselho Nacional de Educação (CNE); Comissão Nacional da UNESCO (CNU); Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (CECS); Direção Geral de Educação do Ministério da Educação e Ciência (DGE); Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC); Fundação para a Ciência e Tecnologia – Dep. Sociedade de Informação (FCT); Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS); Rede de Bibliotecas Escolares (RBE); Radio Televisão de Portugal (RTP). Integram-no também, a título individual, Maria Emília Brederode Santos e Teresa Calçada, duas personalidades que, por caminhos diversos, possuem uma trajetória ligada às literacias e à educação para os media.
7. www.literaciamediatica.pt/7diascomosmedia

Referências

- Brederode-Santos, M.E.; & Fonseca, T. (2009). O regresso da educação mediática. *Noesis*, 79, 30-36.
- CRSE (1988). *Proposta Global de Reforma*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento.
- Freinet, C. (1993). *O jornal escolar*. Lisboa: Estampa.
- Halloran, J. & Jones M. (1985). *Mass media education: education for communication and mass communication research*. Paris: UNESCO.
- Kaplún, M. (1998). *Una pedagogía de la comunicación*. Madrid: Ediciones de la Torre.
- Lopes, P. C. (2011). *Educação para os media nas sociedades multimidiáticas*. Lisboa: CIES e-Working Paper, nº 108.
- Ortega y Gasset, J. (1914). *Meditaciones del Quijote*. Madrid: Publicaciones de la Residencia de Estudiantes.
- Pereira, L. (2013). *Literacia digital e políticas tecnológicas para a educação*. Santo Tirso: De Facto Editores.
- Perez-Tornero, J.M. & Varis, T. (2012). *Alfabetización mediática y nuevo humanismo*. Barcelona: Ed. UOC/UNESCO-IITE.
- Pinto, M. (2003). Correntes da educação para os media em Portugal: retrospectiva e horizontes em tempos de mudança. *Revista Iberoamericana de Educación*, 32, 119-142.
- Pinto, M., Pereira, S., Pereira, L. & Ferreira, T. (2011). *Educação para os media em Portugal: experiências, actores e contextos*. Lisboa: ERC.